



PODER

Governo dos EUA enquadra ministro do STF em lei destinada a punir agressores dos direitos humanos e corruptos internacionais. Instituições do Estado brasileiro consideram agressão inaceitável e reafirmam que não se curvarão à pressão norte-americana

Trump ataca soberania com sanção a Moraes

» FABIO GRECCHI
» VICTOR CORREIA
» MAIARA MARINHO

A inclusão do ministro Alexandre de Moraes, pelo governo do presidente Donald Trump, na lista de pessoas sancionadas pela Lei Magnitsky (saiba o que é nos quadros à direita e quem já foi punido), foi entendida pelos Três Poderes da República como um ataque à soberania brasileira. Por meio de notas, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Supremo Tribunal Federal (STF) e o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), frisaram que a agressão ao magistrado é inaceitável. Mais: como as instituições brasileiras atuam de forma independente, sem que um Poder se imiscua no outro, é inconcebível que uma nação estrangeira tente fazer do Estado brasileiro uma entidade submissa a pressões e desígnios equivocados.

A nota do STF deixa claro que a Corte não cederá a nenhuma pressão no julgamento de Jair Bolsonaro e de outros réus na trama golpista, que tentou impedir a posse de Lula, em 2022. A observação faz referência ao fato de que, entre as justificativas do governo norte-americano para enquadrar Moraes na Lei Magnitsky, está uma suposta “caça às bruxas” contra o ex-presidente e seus seguidores, que tornaram-se réus.

O STF destaca que “o julgamento de crimes que implicam atentado grave à democracia brasileira é de exclusiva competência da Justiça do país, no exercício independente do seu papel constitucional”. Acrescenta que “encontra-se em curso, perante o Tribunal, ação penal em que o Procurador-Geral da República imputou a um conjunto de pessoas, inclusive a um ex-presidente da República, uma série de crimes, entre eles, o de golpe de Estado”.

Segundo a Corte, “todas as decisões tomadas pelo relator do processo foram confirmadas pelo colegiado competente [1ª Turma do STF, onde Bolsonaro e os golpistas estão sendo julgados]. O Supremo Tribunal Federal não se desviará do seu papel de cumprir a Constituição e as leis do país, que asseguram a todos os envolvidos o devido processo legal e um julgamento justo”. E conclui frisando que “o Tribunal manifesta solidariedade ao ministro Alexandre de Moraes”.

À saída do STF, o ministro Luís Roberto Barroso, presidente da Corte, comentou a nota de apoio a Moraes e afirmou que a tomada de posição teve o cuidado de não aprofundar a crise com os EUA. “É uma nota tão sóbria quanto possível. A nossa preocupação não é escalar um conflito. Pelo contrário. Acho que o conflito faz mal para o país. Portanto, é uma nota que esclarece que o Supremo cumpriu seu papel dentro da Constituição e das leis, com o devido processo legal”, explicou.

Moraes não tem nenhuma conta bancária ou bem imóvel no território norte-americano, que poderiam ser alcançados pela Magnitsky. Além disso, ele está com o visto de entrada nos Estados Unidos vencido há dois anos. Mas, mesmo assim, em 19 de julho, o Departamento de Estado suspendeu a permissão dele e de mais sete integrantes da Corte de entrarem nos EUA.

A sanção ao ministro tem validade imediata, a partir da inclusão na lista da lei. As transações financeiras que Moraes corre risco

de ser impedido de fazer incluem as realizadas com instituições bancárias, operadoras de cartão, empresas de tecnologia e plataformas de redes sociais. Embora a Magnitsky não tenha validade jurídica no Brasil, instituições financeiras brasileiras com operações ou vínculos com bandeiras de cartão de crédito norte-americanas podem encerrar relações com Moraes para evitar penalidades secundárias.

Ao anunciar a sanção a Moraes, o secretário de Estado, Marco Rubio, em publicação no X (antigo Twitter) disse que tratava-se de uma advertência ao ministro. “Que este seja um aviso para aqueles que atropelam os direitos fundamentais de seus compatriotas — as togas judiciais não podem protegê-los”, salientou, em tom ameaçador. Já o secretário do Tesouro, Scott Bessent, foi mais além e disse que o magistrado era culpado por um processo de “censura” no Brasil. “Moraes responsável por uma campanha opressiva de censura, detenções arbitrárias que violam os direitos humanos e processos politizados — inclusive contra o ex-presidente Jair Bolsonaro”, observou.

Defesa

Lula saiu em defesa de Moraes: “O Brasil é um país soberano e democrático, que respeita os direitos humanos e a independência entre os Poderes. Um país que defende o multilateralismo e a convivência harmoniosa entre as Nações, o que tem garantido a força da nossa economia e a autonomia da nossa política externa. É inaceitável a interferência do governo norte-americano na Justiça brasileira. O governo brasileiro considera injustificável o uso de argumentos políticos para validar as medidas comerciais anunciadas pelo governo norte-americano contra as exportações brasileiras. O Brasil tem acumulado nas últimas décadas um significativo déficit comercial em bens e serviços com os Estados Unidos. A motivação política das medidas contra o Brasil atenta contra a soberania nacional e a própria relação histórica entre os dois países. O Brasil segue disposto a negociar aspectos comerciais da relação com os Estados Unidos, mas não abrirá mão dos instrumentos de defesa do país previstos em sua legislação”.

Antes da manifestação conjunta do STF, o único ministro a publicar apoio a Moraes foi Flávio Dino. “Minha solidariedade pessoal ao ministro Alexandre de Moraes. Ele está apenas fazendo o seu trabalho, de modo honesto e dedicado, conforme a Constituição do Brasil. E as suas decisões são julgadas e confirmadas pelo Colegiado competente (Plenário ou 1ª Turma do STF). Lembro a Bíblia — ‘Isaías 32: ... o homem nobre faz planos nobres, e graças aos seus feitos nobres permanece firme’”, escreveu, na conta que mantém no Instagram.

Em publicação no X, o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), repudiou o uso da Magnitsky, apesar de não citar Moraes ou a lei. “A democracia brasileira é sustentada por Três Poderes — Executivo, Legislativo e Judiciário — que devem atuar com independência e harmonia, como estabelece a Constituição. Como país soberano, não podemos apoiar nenhum tipo de sanção por parte de nações estrangeiras dirigida a membros de qualquer Poder constituído da República. Isso vale para todos os parlamentares, membros do Executivo e ministros dos Tribunais Superiores. Reafirmo que a Câmara dos Deputados

Leco Viana/Estadão Conteúdo



Moraes compareceu ao estádio do Corinthians para assistir ao jogo do seu time contra o Palmeiras, pela Copa do Brasil

Reprodução

The screenshot shows the OFAC Sanctions List Search interface. It includes a search bar with the name 'ALEXANDRE DE MORAES' and a dropdown menu for the country 'Brazil'. Below the search bar, there are sections for 'Details', 'Identifications', and 'Addresses'. The 'Details' section shows the individual's name, date of birth, and place of birth. The 'Identifications' section shows the type of identification (Passport) and the issuing country (Brazil). The 'Addresses' section shows the address, city, state/province, postal code, and country (Brazil). At the bottom, there is a note about the last update of the SDN List on 7/30/2025 and the Non-SDN List on 6/30/2025.

Anotação da inclusão de Moraes no grupo de sancionados pela lei

Reprodução/Instagram



@POTUS and @USTreasury have sanctioned Brazilian Supreme Court Justice Alexandre de Moraes under the Global Magnitsky sanctions program for serious human rights abuses. Let this be a warning to those who would trample on the fundamental rights of their countrymen—judicial robes cannot protect you.

Publicação de Marco Rubio em tom ameaçador contra o ministro

será sempre espaço de diálogo e equilíbrio na defesa da institucionalidade e do Brasil, sobretudo em tempos desafiadores”, diz o texto. O presidente do Congresso, senador Davi Alcolumbre (União-AP), não se manifestou.

Da parte do governo federal, as manifestações de apoio ao ministro foram de caráter pessoal, mas todos ressaltando a agressão à soberania brasileira por parte do governo Trump. O advogado-geral da União (AGU), Jorge Messias, divulgou nota afirmando que a aplicação da Magnitsky é “arbitrária e injustificável” e representa “um grave e inaceitável ataque à soberania do nosso país”. afirmou, ainda, que o governo adotará “todas as medidas adequadas” para salvaguardar a autonomia do Judiciário brasileiro.

A ministra da Secretaria de Relações Institucionais (SRI), Gleisi Hoffmann, classificou o ato contra Moraes como “violento e arrogante”. Para ela, a medida seria resultado de um esforço da família Bolsonaro para descredibilizar instituições brasileiras. “Mais um capítulo da traição da família Bolsonaro ao país. Nenhuma nação pode se intrometer no Poder Judiciário de outra”, escreveu.

Moraes, por sua vez, não parecia muito preocupado por ter sido incluído na Magnitsky. Corintiano, o ministro compareceu à Neo Química Arena, ontem à noite, para assistir ao primeiro duelo contra o Palmeiras pelas oitavas de final da Copa do Brasil, o segundo torneio mais importante do país. (Colaborou Marcos Paulo Lima)

Alguns dos incluídos por Washington na Magnitsky

- Primeiro Comando da Capital (PCC)** — facção criminosa transnacional, criada nos presídios de São Paulo
- Ciro Daniel Amorim Ferreira** — acusado de chefiar um grupo supremacista branco no Brasil;
- Horacio Cartes** — o ex-presidente do Paraguai e suas empresas são acusados de corrupção e de atacar as instituições democráticas do país;
- Emmerson Mnangagwa** — presidente do Zimbábue, acusado de envolvimento com contrabando de ouro e diamantes;
- Ly Yong Phat** — empresário do Camboja acusado de abusos aos direitos humanos relacionados a trabalhadores traficados e submetidos a trabalho forçado;
- Ramzan Kadyrov** — chefe checheno acusado de abusos contra os direitos humanos;
- Wan Kuok Koi** — acusado de chefiar uma das maiores organizações criminosas chinesas do mundo, que está envolvida em tráfico de drogas, jogos de azar ilegais e extorsões;
- Ángel Rondón Rijo** —lobista dominicano, foi sancionado por envolvimento em corrupção. Era o operador financeiro da então construtora Odebrecht;
- Min Aung Hlaing** — comandante-chefe das Forças Armadas de Mianmar, é acusado de perseguição à minoria Rohingya e a repressão violenta aos manifestantes pró-democracia;
- Carrie Lam** — ex-chefe do Executivo de Hong Kong, foi sancionada por restringir liberdades civis.

Até onde alcança a lei

» É uma legislação dos Estados Unidos que permite ao governo norte-americano impor sanções a indivíduos estrangeiros acusados de corrupção ou de graves violações de direitos humanos em qualquer parte do mundo. A lei foi criada em 2012 para punir autoridades russas envolvidas na morte do advogado Sergei Magnitsky, que investigou um grande esquema de corrupção. Ele foi preso, torturado e morto na prisão de Butyrka, em Moscou, após denunciar o caso e ficar 358 dias detido.

» Em 2016, o alcance da lei foi ampliado, transformando-a em uma ferramenta global. Desde então, a lei é usada como um instrumento de política externa pelos EUA para pressionar governos e autoridades ao redor do mundo.

» Entre as sanções da Magnitsky estão: 1) Congelamento de bens — Todos os ativos da pessoa nos EUA ou sob a jurisdição americana são bloqueados; Proibição de viagens — A pessoa é impedida de entrar no território norte-americano; e 3) Restrições financeiras e comerciais — Cidadãos e empresas americanas são proibidos de realizar transações financeiras ou comerciais com o sancionado. Isso pode incluir o uso de serviços bancários, plataformas digitais e até cartões de crédito de bandeiras norte-americanas.